Participação Social e Cidadania Activa das Crianças

**Manuel Sarmento,
Natália Soares
e Catarina Tomás¹**

Resumo

A Sociologia da Infância tem vindo a considerar a infância como uma construção social e a compreender as crianças como actores sociais plenos, competentes, activos e com 'voz'. No entanto, no discurso corrente sobre a cidadania, permanecem ainda as fórmulas tradicionais e princípios clássicos que restringem a cidadania à idade adulta. Ao mesmo tempo, subliminarmente, emergem conceitos reinterpretativos da cidadania que a submetem a concepções neo-conservadoras, autoritárias e disciplinadoras, ao reduzir a ideia da participação pública à submissão aos deveres de convergência com a norma social. Não é, porém, possível considerar o debate da cidadania, sem o enquadrar no processo conflitual de construção da reflexividade global e sem o enquadrar nas novas formas de organização social e familiar, as alterações na estrutura das desigualdades sociais, as alterações nas relações de género, nas relações intergeracionais e mesmo nas relações entre pares. Estas novas marcas contribuem para uma enorme diversidade de viver em sociedade, o que implica a redefinição de novos papéis, novos espaços e novas vozes no exercício da cidadania.

Tradicionalmente, o cidadão por excelência era o varão adulto, de tal forma que as mulheres, escravos e sobretudo os jovens e, ainda mais, as crianças não eram considerados como tal. Nestes casos, poder-se-ia falar em cidadania por delegação e noutros de "cidadãos em projecto ou embrionários", mas em nenhum caso de colectivos aos quais se reconhece e se potencia o seu estatuto de membros plenos da comunidade e da sociedade. Também a crescente importância que nas nossas sociedades adquiriram as dinâmicas relacionadas com a incorporação das novas gerações na vida social, obriga a repensar o conceito de cidadania.

De acordo com as perspectivas críticas, a cidadania tem sido um conceito comprimido e circunscrito a determinadas categorias sociais: os adultos, homens e brancos. De fora ficam uma complexa heterogeneidade de outros grupos sociais, alguns dos quais têm vindo ao longo dos tempos a desenvolver permanentes lutas contra tal hegemonia, reivindicando iguais direitos para o seu grupo, como é, por exemplo, as mulheres, as minorias étnicas, entre outros.

A infância encontra-se excluída de tal grupo hegemónico, sendo o factor idade, o primeiro factor inibidor do seu acesso ao exercício da cidadania, sobretudo devido à permanência de vários paradigmas associados à infância: controlo, protecção e perigosidade. Ou seja, características inerentemente associadas sobretudo ao factor idade, como o são a sua imaturidade e vulnerabilidade inerente, isto é, um conjunto de características bio-psicológicas que supostamente não outorgam à criança o conjunto de competências que os adultos consideram necessárias para o exercício da cidadania.

Em alternativa, sustentamos uma concepção de cidadania activa e crítica que concebe as crianças e jovens como agentes sociais imprescindíveis e participativos na sociedade, implicando não só o reconhecimento formal de direitos mas também as condições do seu exercício através de uma plena participação e de um real protagonismo, em todas as esferas da vida social.

A participação apresenta-se, então, como condição absoluta para tornar efectivo o discurso que promove direitos para a infância e, portanto, a promoção dos direitos de participação, nas suas várias dimensões - política, económica e simbólica - assume-se como um imperativo da cidadania da infância.

---

¹ Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho
Contactos: sarmento@iec.uminho.pt; natfs@iec.uminho.pt; tomas@iec.uminho.pt

A representação histórica da infância que se tornou dominante nos últimos 250 anos caracteriza este grupo etário não a partir de um conjunto de características que o autonomizam pela diferença das suas formas de compreensão e de acção no mundo, nem tão pouco pela especificidade das condições materiais de existência das populações mais jovens, mas pelas marcas de uma ausência múltipla e diversificada.

È certo que a modernidade introduziu importantes progressos na protecção das crianças e que o desenvolvimento das políticas para a infância, sustentadas numa representação social da alteridade da infância como negatividade constitutiva, introduziu uma melhoria muito substancial, ainda que parcial, das condições de vida da generalidade das crianças e que são incomensuráveis os progressos verificados nos últimos séculos. É igualmente certo que, desde o dealbar da modernidade, se desenvolveu um discurso, por vezes poderoso, de defesa da autonomia das crianças como seres plenos na sua individualidade e como seres sociais, com uma crítica, muitas vezes radical, das formas institucionalizadas em que se formatou a vida quotidiana das crianças na modernidade.

A afirmação da cidadania da infância, visível e permanentemente mobilizada no discurso pedagógico contemporâneo e erigida em metáfora reguladora em boa parte do discurso político do final do século passado e início deste século, afigura-se como um paradoxo. Com efeito, cidadania da infância é algo proclamado na Convenção dos Direitos da Criança, desenvolve-se pelo resgate da visão da criança como actor social e, portanto, como um sujeito portador de direitos, e implica necessariamente o reconhecimento da capacidade de influenciar a vida colectiva. E, no entanto, as condições sociais/estruturais e simbólicas da cidadania estão muito longe de se encontrarem reunidas...

Segundo Roche (1999:483), o argumento que defende a inclusão das crianças no projecto de cidadania terá que necessariamente desenvolver um reordenamento simbólico e prático do que é uma criança, um adulto e um cidadão. A indispensabilidade deste reordenamento simbólico e prático terá que, antes de mais, incorporar os contributos dados pelas investigações que têm vindo a demonstrar a complexidade e heterogeneidade do grupo social da infância.

É também essencial que, nas tentativas teóricas e práticas de co-construção (crianças e adultos) da cidadania da infância se repense o próprio conceito de cidadania, uma vez que as fórmulas tradicionais, os princípios clássicos que apoiavam os velhos conceitos de cidadão e cidadania perdem cada vez mais legitimidade e acuidade. Não é possível considerar o debate da cidadania sem o incorporar na análise mais vasta das novas formas de organização social e familiar, das alterações na estrutura das desigualdades sociais, e das mudanças nas relações de género, nas relações intergeracionais e mesmo nas relações entre pares. Estas novas marcas contribuem para uma enorme diversidade de viver em sociedade, implicam a redefinição de novos papéis, novos espaços e novas vozes no exercício da cidadania. Do mesmo modo, permitem desocultar condições de restrição de direitos, que, aparentemente, apareciam garantidos pela norma jurídica.

É, com efeito, no domínio do exercício real de direitos de participação social que a questão da cidadania necessita de ser colocada. A ênfase nesta afirmação torna-se indispensável, considerando que, subliminarmente, emergem conceitos reinterpretativos da cidadania que a

submetem a concepções neo-conservadoras, autoritárias e disciplinadoras, ao reduzir a ideia da participação pública à submissão aos deveres de convergência com a norma social.

Em alternativa, sustentamos uma concepção de cidadania activa e crítica que concebe as crianças e jovens como agentes sociais imprescindíveis e participativos na sociedade, dotados de competência de intervenção (Hutchby, e Moran-Ellis, 1998), implicando não só o reconhecimento formal de direitos mas também as condições do seu exercício através de uma plena participação e de um real protagonismo, em todas as esferas da vida social.

Não há cidadania sem cidade. São por isso deletérias todas as considerações que pretendam promover a cidadania das crianças sem simultaneamente priorizarem a satisfação das necessidades básicas e sem salvaguardarem os direitos de protecção e de provisão. Os direitos fundamentais das crianças, são, antes de mais, direitos sociais, extensíveis, consequentemente, ao conjunto da sociedade. Se considerarmos as inconsistências da realização dos direitos das crianças, para além da sua proclamação retórica, reconheceremos que é na garantia das condições fundamentais da existência e na ruptura com as relações estruturais da sociedade que promovem a desigualdade e a exclusão que se joga o essencial da cidadania da infância. Por outras palavras, a cidadania da infância é, antes de tudo o mais, *cidadania tout court*. Nesse sentido, o movimento pela cidadania da infância insere-se no conjunto das acções que visam uma globalização alternativa, anti-hegemónica, de reorganização social.

A construção dos direitos participativos das crianças nos seus contextos de acção constitui um ponto nodal da afirmação do reconhecimento da sua competência social. Nesse sentido, *ouvir a voz das crianças* no interior das instituições não constitui apenas um princípio metodológico da acção adulta, mas uma condição política, através da qual se estabelece um diálogo intergeracional de partilha de poderes. A expressão dessa partilha necessita de encontrar fórmulas que ultrapassem os mecanismos formais de decisão, instituídos nas organizações democráticas modernas, de modo a adequar-se a uma participação das crianças adequada aos seus diferentes grupos etários. Em suma, a *cidadania organizacional* configura-se como um elemento determinante para a viabilização da participação das crianças como núcleo dos seus direitos sociais.

Finalmente, a cidadania infantil configura-se na transformação das condições sociais e culturais em que se plasmou a ideia moderna da infância. A criação de um espaço-tempo democrático para as crianças implica-se no domínio das interacções sociais, atravessa o espaço estrutural doméstico e familiar e articula-se com relações intergeracionais, em todos os domínios da vida social, sustentadas no reconhecimento de uma diferença não menorizante. Nesse sentido, a cidadania enraíza-se em elementos simbólicos e representacionais, que se articulam com as atitudes e os desempenhos interactivos, fora da regulação política ou normativa. O que se encontra em causa é uma *cidadania íntima* (Plummer, *ci. in* Nogueira e Silva, 2001:96), através da qual se funde a esfera pública com a privada e onde ganha raízes a possibilidade de relações humanas marcadas pela equidade nos respectivos mundo de vida.

A cidadania da infância (política, organizacional e íntima) é, em suma, a possibilidade de uma utopia colectivamente construída onde se resgate a intensidade do olhar da infância, para com ele se reconstruir uma visão renovada da sociedade.

Bibliografia

- Hutchby, I. and Moran-Ellis, J. (1998), *Children and Social Competence: arenas of action*, London, Falmer Press.
- Nogueira, C. e Silva, I, (2001), *Cidadania: Construção de Novas Práticas em Contexto Educativ*. Porto, Edições ASA.
- Ramirez, F. (1991), Reconstitución de la infância. Extensión de la condición de persona y ciudadano, *Revista de Educación*, 194, pp. 197-220.
- Roche, J. (1999), Children: Rights, Participation and Citizenship, *Childhood*, vol.6 (4), pp. 475-493.
- Silva, A.; Macedo, A. e Nunes, A. (2001), *Crianças Indígenas. Ensaios Antropológicos*, São Paulo, Global.